ARTIGO

Conflitos sociais e a construção da paz: desafios e possibilidades para lideranças comunitárias

Gidalti Guedes da Silva [1]

RESUMO: Este artigo tem como objetivo refletir sobre como lideranças sociais podem atuar na construção da paz em meio aos conflitos sociais na sociedade contemporâneos. Primeiramente, analisa as dinâmicas estruturais e psicossociais que originam e intensificam os conflitos sociais. Em seguida, discute a concepção de paz não somente como ausência da guerra ou violência, mas como engajamento ativo na busca da justiça, dos Direitos Humanos e da convivência em um mundo plural. Por fim, propõe o diálogo como caminho pedagógico fundamental para o desenvolvimento das capacidades humanas necessárias à construção da paz.

Palavras-chave: Conflitos sociais. Construção da paz. Cultura de paz. Diálogo. Lideranças comunitárias.

Introdução

Na obra "Amor líquido", Zygmunt Bauman (2004) constatou a crise de sociabilidade presente na sociedade contemporânea. Esta crise não pode ser confundida com um estado momentâneo de coisas. Bauman demonstrou que o processo atual de socialização dos indivíduos está comprometido, pois contribui para que os vínculos entre as pessoas sejam cada vez mais líquidos, mais frágeis. Essa ruptura do tecido social foi percebida desde os primeiros estudos de sociologia urbana realizados por Georg Simmel (1973), no início do século XX. Segundo o autor, o estilo de vida urbano moderno tende à individuação e à fragmentação social. É possível deduzir que, atualmente, as inovações tecnológicas no campo da comunicação e a difusão da cultura neoliberal potencializaram o avanço deste quadro de adoecimento social.

A fragilidade dos laços humanos seria motivo suficiente para colocar em alerta pesquisadores sociais. Mas, além da superficialidade e da indiferença, a sociedade contemporânea tem sido marcada pelo aumento dos fundamentalismos, dos conflitos sociais, dos atos de violência e das guerras. Pesquisadores do Programa de Dados sobre Conflitos de Uppsala registraram 65 conflitos armados ativos, com participação de governos, sendo que 13 deles atingiram o nível de guerra. Mais alarmante tem sido o ressurgimento de combates bilaterais entre Estados, chegando atualmente a oito combates. Somente no ano de 2025 foram mortas 245.681 pessoas, consequência de combates armados. Esse é o maior número de conflitos simultâneos registrados desde a Segunda Guerra Mundial (Uppsala Universitet, 2026). Paralelamente, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha registrou mais de 130 conflitos armados no mundo e, dentre eles, 20 conflitos duram mais de duas décadas. Nesse contexto, os limites éticos que deveriam proteger os civis não estão sendo respeitados, provocando a morte de milhares de pessoas e colapsando as condições básicas de subsistência de outras milhares (ICRC/CICV, 2026).

No Brasil, com a expansão do agronegócio e a financeirização das terras, os conflitos agrários e territoriais perduram, incorrendo na violência no campo. A precarização das condições de trabalho e o endividamento alimentam tensões latentes nas periferias urbanas. Também este quadro de tensão se faz presente no cotidiano das pessoas comuns, nas famílias, vizinhanças e comunidades, com o aumento dos conflitos em torno de pautas políticas e religiosas (Santana, 2024).

Frente a este quadro estão lideranças, educadores e religiosos, especificamente, aqueles que realmente se dedicam ao bem-estar social de suas comunidades. De que modo tais lideranças poderão atuar para construir a paz em suas comunidades? Esta questão

1 Doutor e Mestre em Educação. Graduado em Sociologia, Pedagogia e Teologia. Professor do Núcleo de Formação Geral e Humanística (NFGH) da Universidade Católica de Brasília (UCB); Coordenador do MBA em Liderança e Gestão Inovadora de Instituições Educacionais; Coordenador do Curso de Teologia e Secretário Executivo da Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0196801353162416; e-mail: gidalti.gs@gmail.com.

norteia o presente artigo. Para respondê-la, faremos um percurso reflexivo inspirado na pedagogia da libertação de Paulo Freire (1997), conforme a síntese apresentada por Gadotti (2006). Daremos início por meio da leitura do mundo, visando analisar as dinâmicas psicossociais e os fatores estruturais que originam e acirram os conflitos sociais na sociedade contemporânea. O segundo momento é dedicado à crítica do mundo lido, por meio de um exercício de discernimento do conceito e do projeto de paz que deve orientar nossa ação em um mundo. Por fim, o terceiro momento apresentará pistas para a reconstrução do mundo lido, considerando o nosso quefazer enquanto educadores sociais e lideranças comunitárias.

1 Conflitos sociais na sociedade contemporânea

Os conflitos sociais têm sido objeto de estudo de variados autores do campo da sociologia. Durkheim (2004) considerava que a saúde da sociedade dependia da coesão dos grupos e coletividades. Sendo assim, caberia às instituições sociais estabelecer a ordem, sem a qual não haveria o progresso da sociedade. Para ele, os conflitos são algo eminentemente negativo, uma patologia social. De fato, uma sociedade pautada pelos conflitos tende ao fracasso, sobretudo dos menos favorecidos. Entretanto, a presença permanente das variadas formas de conflito nas sociedades humanas ao longo da história leva a admitir que, para além de mera crise ou patologia social momentânea, o conflito ocupa um lugar de maior importância para a própria formação da sociedade.

Marx e Engels (2005) evidenciaram a presença de um tipo de conflito que está presente a todo momento na sociedade, mesmo quando estamos vivendo aparentemente em paz. Trata-se do conflito de classes, oriundo das contradições do campo econômico que constituem a vida em sociedade. Por sua vez, Weber (1999) concorda que o conflito é algo que está sempre presente, estruturando a sociedade, embora não restrinja o conflito à luta de classes (por motivações econômicas). A perspectiva weberiana amplia o conceito de conflito social para as disputas multifacetadas pelo poder e pela dominação, que ocorre em múltiplas esferas (política, econômica, religiosa e cultural). Neste artigo, assumimos o pressuposto dialético presente no pensamento de Marx e Weber, pois reconhecemos que as sociedades humanas se constituem a partir de suas contradições internas, do movimento permanente, fruto das tensões e desejos de mudança que são próprios do ser humano.

Contudo, Norbert Elias (1994) e Theodor Adorno (2008) apresentam perspectivas complementares relevantes. Ambos defendem a ideia de que a relação entre cada indivíduo e a sociedade é sempre dialética, não havendo objetos de estudo social que possam ser compreendidos isolando os indivíduos. De igual modo, os estudos que ignoram os indivíduos, tratando-os como mero reflexo direto da coletividade, tendem ao engano. Para melhor compreendermos os conflitos sociais, portanto, não podemos tratá-los apenas pelo estudo dos indivíduos, desprezando razões estruturais da sociedade que motivam os confrontos. Por outro lado, o estudo analítico dos conflitos existentes depende de um olhar aproximado, que leva em consideração cada circunstância e as motivações de cada conflito social.

Feitas estas considerações, vejamos o que afirma Hammes (2021, p. 71) sobre o conflito:

> Compreendido também como disputa ou discórdia, o conflito instaura-se no encontro de pessoas que tem pensamentos e posicionamentos diferentes. É resultado da convivência social, tendo por motivos contendas por brinquedos, amores, bens, fama etc. Dessa forma, o conflito é compreendido como algo normal e a sua resolução pode indicar caminhos de paz ou de violência, dependendo da sua forma de resolução.

O autor reconhece que nas sociedades humanas a convivência social pode resultar em conflitos entre pessoas ou grupos que possuem posicionamentos, necessidades e interesses distintos. Essa abordagem não confere juízo de valor *a priori*, se o conflito representará algo positivo ou negativo. Tudo dependerá do desenrolar da trama, da maneira como as pessoas, grupos, organizações, classes e governos se portam frente a seus desacordos: se optarão por formas violentas ou se buscarão caminhos de paz.

Mas surge uma questão crucial para os atores sociais que visam lidar com os conflitos: qual a origem dos conflitos e como eles se intensificam? A psicologia social oferece respostas fundamentais neste ponto. David Myers (2014) identificou uma série de ingredientes que estão presentes em conflitos sociais de natureza interpessoal, intergrupal ou internacional. E, para Elliot Aronson (2023), os conflitos humanos possuem origens cognitivas e sociais, podendo se estabelecer em contextos específicos ou como dinâmica própria da cultura. Vejamos abaixo um quadro síntese do pensamento destes dois autores acerca dos conflitos sociais:

Quadro 1 – Origens dos conflitos sociais segundo a Psicologia Social

Origem do conflito	Descrição
Armadilhas ou Dilemas Sociais	Situações em que as partes em conflito buscam seus próprios interesses de forma racional, resultando em um comportamento mutuamente destrutivo.
Competição por recursos escassos	Competição direta por recursos escassos (recursos naturais, alimentos, moradia, vagas de emprego, status, território, poder econômico e político).
Competição Simbólica	Quando o conflito se estabelece motivado ou legitimado por disputas relacionadas à religião, memórias históricas, valores morais ou identidade nacional.
Pensamento de Grupo (*Groupthink*):	A necessidade de pertencimento e a busca de conformidade podem levar as pessoas a agirem contra seus próprios princípios, na busca de aceitação. O desejo de harmonia e coesão do grupo pode suprimir o pensamento crítico e levar a decisões extremas ou à desumanização.
Pensamento "Nós vs. Eles" e Preconceito	Herdado do comportamento tribal, induz à distinção quase automática entre o grupo interno (nós) e o grupo externo (eles). Raiz primária do preconceito e da discriminação, favorece o próprio grupo e gera uma percepção negativa e estereotipada dos de fora, dificultando a comunicação e alimentando a desconfiança os conflitos intergrupais.
Injustiça Percebida	Ocorre quando as pessoas acreditam que a distribuição de recompensas é injusta, gerando um sentimento de privação relativa, que motiva a reivindicação e outras formas de exteriorização do descontentamento da pessoa, grupo ou classe.
Agressividade	A agressão tem causas situacionais fortes, como a frustração e a exposição a modelos agressivos. Pode eclodir durante o conflito, como fruto de impulsividade ou intencionalidade, gerando violência contra o grupo tido como causador do problema.
Dissonância Cognitiva e Autojustificação	Quando age de forma contrária às próprias crenças, a pessoa se sente desconfortável. Para reduzir essa tensão interna, ela justifica as ações, muitas vezes desumanizando a vítima ou crendo que ela "mereceu" o que sofreu. Esse mecanismo de autojustificação pode escalar o conflito, pois cria uma espiral em que atos agressivos são racionalizados e perpetuados.

Fonte: Elaboração do autor, com síntese de Myers (2014) e Eronson (2023).

As lideranças sociais que estão diante de situações de conflito precisam observar de que modo os fenômenos sociais acima destacados estão presentes. A análise de situações concretas de conflito deve levar em conta as necessidades e as possíveis causas do comportamento assumido pelas pessoas envolvidas. A Psicologia Social tem comprovado que existem comportamentos assumidos pelos indivíduos de forma consciente, com lúcida intencionalidade. Contudo, existem diversos comportamentos de grupo, assumidos pelos indivíduos com menor grau de consciência.

Outro aspecto relevante está relacionado à escalabilidade das tensões, que ocorre quando as origens dos conflitos se sobrepõem, intensificando as rea-

ções de oposição entre indivíduos e grupos. Este é o caso dos grupos religiosos e políticos que assumem uma postura fundamentalista, com comportamentos extremados, alimentados pelo preconceito, pela percepção desumanizada do grupo diferente, tratado como ameaça. Um ciclo vicioso se forma, pois os ataques sofridos ou infringidos reforçam o preconceito, o ódio e a desumanização.

Não podemos deixar de mencionar o papel desempenhado pelas redes sociais no acirramento dos conflitos. Pesquisas tem demonstrado como os mecanismos de seleção de dados e informação utilizados pelas plataformas digitais estimulam a intolerância e o radicalismo. Além da estrutura algorítmica, ocorre uma espécie de validação social do ódio, quando pessoas aprovam as falas e posicionamentos extremistas umas das outras (Quadrado; Ferreira, 2020). Pela análise desta pesquisa, é possível inferir que a criação das bolhas informacionais e a validação social induzem ainda mais as pessoas ao "Pensamento de Grupo", ao "Pensamento Nós vs. Eles" e à conduta violenta.

Se assumirmos a crítica de Adorno (2015) à racionalidade técnica, as redes sociais na atualidade ampliam as possibilidades de que os elementos externos (coercitivos) e as pulsões internas do indivíduo (vieses cognitivos pró-conflito) sejam coadunados, à serviço da reprodução da cultura contemporânea, marcada por uma racionalidade repleta de superficialidade, indiferença, desumanização, ódio e violência. Estas são as bases socioculturais que contribuem para o fortalecimento do espírito da barbárie, contra o qual, na condição de educadores, devemos nos posicionar (Adorno, 2000).

2 A paz que desejamos construir

A paz pode ser definida como a ausência, cessação, solução ou superação de um conflito ou da guerra (Houaiss, 2011). Aqui nos deteremos à reflexão sobre a paz externa, que designa a ausência de um conflito externo, que ocorre entre indivíduos ou grupos diferentes. No primeiro olhar, este conceito seria suficiente, pois a possibilidade de vivermos em uma sociedade sem conflitos se apresenta como muito tentadora.

Entretanto, quando buscamos um segundo olhar, que não se satisfaz com definições superficiais, percebemos dois pontos que merecem crítica. O primeiro é que uma das premissas estabelecidas no tópico anterior deste artigo foi que os conflitos são elementos estruturantes ou constituintes das sociedades humanas. Não há como vivermos na ausência plena de conflitos, pelo simples fato de que os indivíduos e grupos humanos são formados por uma diversidade cultural, religiosa, étnica e manifestam interesses divergentes no campo econômico, político e ideológico.

Sendo assim, a compreensão da paz como ausência de conflitos pode induzir ao erro de buscarmos silenciar as vozes e os interesses que destoam do senso comum (ou da vontade geral). Projetos de paz estabelecidos nos valores das sociedades democráticas não buscam eliminar os divergentes, nem se baseiam na busca apressada de sínteses entre os opostos, pois valorizam a diversidade humana e a pluralidade de razões e sentidos. Também, tais projetos não se valem do significado de paz como pacificar um povo, forçando-o a respeitar uma ordem estabelecida, tal como a *Pax* imposta por Roma aos povos subjugados (Bobbio, 2003).

Nestes termos, *a paz que desejamos construir não pressupõe a ausência dos conflitos*. Os conflitos violentos ocorrem na história quando os seres humanos são influenciados de tal modo, que suas efetivas realizações estão abaixo das suas realizações potenciais. Mas a paz que desejamos se estabelece quando os seres humanos alcançam a estatura ética de mediar as discordâncias entre indivíduos, grupos, classes, instituições, grupos étnicos e Estados sem o uso da violência, sem o sacrifício de vidas humanas.

O segundo ponto a ser questionado é o conceito de paz, que não deve ser tomado apenas no seu sentido negativo, de não ocorrência de conflito ou guerra. Isso somente equivale ao princípio da não prática do mal, negligenciando o sentido positivo de zelosamente praticar o bem. Vale destacar que esta concepção negativa de paz não "[...] leva em consideração as novas formas de fazer guerra hoje, como a guerra de baixa intensidade, como aquela que se nota nos conflitos dos indígenas no México e nos conflitos agrários no Brasil" (Guimarães, 2021, p. 278).

Ao enfatizar apenas a ausência da guerra, acaba-se encobrindo outras dimensões concretas de conflito, como a violação dos direitos humanos, a pobreza e a miséria. Ressalta o professor Célio da Cunha (2021, p. 222):

> A questão da pobreza, da justiça distributiva e das múltiplas desigualdades [...] sobressai hoje como um dos problemas recorrentes, perturbadores e impeditivos da paz humana. Vários estudiosos têm procurado relacionar os esforços para a construção de uma cultura de paz com os impasses de um mundo desigual, em que se faz presente a agressividade humana.

Estas demandas socioeconômicas estão relacionadas diretamente à "competição por recursos escassos" e à "injustiça percebida". Podemos deduzir que elas emergem de conflitos estruturais da sociedade, que se consolidam quando as desigualdades são legitimadas política e ideologicamente. Fica evidente que a simples ausência da guerra ou de conflitos armados em maior escala não contempla a busca de resolução destes dilemas estruturais. Sendo assim, 'a paz que desejamos construir evidencia-se tanto no sentido negativo (ausência da guerra e da violência), quanto no sentido positivo', por uma postura ativa que se materializa em ações concretas, no engajamento de indivíduos, grupos e lideranças em prol da paz.

Chegamos em um terceiro ponto fundamental para desse estudo: a construção da paz exige dos atores sociais envolvidos o comprometimento com a busca da justiça.

> Alguns pensadores esforçam-se para pensar uma noção de paz associada à justiça, como a educadora americana Betty Reardon, que oferece uma noção de paz como uma ordem social ou um conjunto de relações humanas, nas quais se pode obter justiça sem violência. A deposição das armas não será feita sem uma vida digna para todos. Outros autores pensam que justiça é ainda mais ampla e insistem em uma associação da paz com os Direitos Humanos. Para eles, a paz, sem os Direitos Humanos, não é nada (Guimarães, 2021, p. 276).

Nota-se que a concepção de paz se expande, alcança novas dimensões da vida em sociedade, ao passo que reconhece aspectos estruturantes dos conflitos sociais e assume uma postura propositiva e recriadora do mundo, na busca da justiça.

Aqui recordamos o conceito de justiça que está presente no pensamento dos profetas do Antigo Testamento. Os termos em hebraico utilizados para justiça são: primeiro, *tzedakah* (צְדָקָה), que significa retidão, integridade nas relações e justiça social; segundo, *mishpat* (מִשְׁפָּט), denotando justiça retributiva, julgamento e equidade. Somente por meio da justiça a dignidade do oprimido é restaurada e a paz é estabelecida. Esta paz, *shalom* (שָׁלוֹם), se firma na ideia de completude, integridade, saúde, segurança, harmonia relacional, restauração e prosperidade, que não são privilégio de alguns, mas direito de todos (McKenzie, 1984).

Tal como defende John Rawls (2003), somente haverá justiça quando a sociedade possuir mecanismos de correção das desigualdades concretas, quando o princípio da equidade for estabelecido. Portanto, para fins de critério de juízo e discernimento das situações enfrentadas no cotidiano de lideranças comunitárias, educadoras e educadores, 'a paz que desejamos construir está de mãos dadas com a justiça'.

3 O diálogo como caminho pedagógico para a paz

Que agir educativo cabe em meio aos conflitos enfrentados por grupos, comunidades e pela sociedade como um todo? Antes de pensar propriamente em uma proposta pedagógica, importa voltar mais uma vez a atenção para a psicologia social. Para responder à questão "como a paz pode ser alcançada?", Myers (2014) propôs que é possível alcançar a paz entre grupos inimigos por meio de quatro pilares, conforme descrito no quadro abaixo:

Quadro 2 – Os pilares para alcançar a paz conforme David Myers (Os 4 Cs)

Pilar	Descrição
Contato	Desde que ocorra em pé de igualdade, a aproximação física ajuda a desarmar preconceitos. Interações prolongadas, pessoais e com status equivalente entre os participantes reduzem estereótipos e humanizam o outro, substituindo a barreira do "nós contra eles" pela empatia mútua.
Comunicação	A comunicação pode reconstruir pontes através de três níveis: a negociação direta entre as partes; a mediação, onde um facilitador neutro ajuda a identificar interesses comuns por trás de exigências rígidas; e a arbitragem, onde um terceiro toma a decisão final quando o acordo mútuo é inviável.

Conciliação	Em conflitos altamente polarizados, quando a aproximação direta é rejeitada, pequenos gestos unilaterais de boa-vontade, sem exigir nada em troca, podem estabelecer uma concessão inicial. Um grupo sinaliza o desejo de desarmar a tensão, abrindo caminho para que o outro retribua, quebrando a espiral de desconfiança.
Cooperação	A competição por recursos escassos pode ser substituída pela cooperação, com estabelecimento de objetivos de interesse comum que nenhum dos lados consegue alcançar sozinho. A necessidade de união diante de um desafio compartilhado força a interdependência e transforma antigos rivais em parceiros de colaboração.

Fonte: Criado pelo autor, a partir de David Myers (2014).

Os pilares propostos pelo autor se baseiam em pesquisas empíricas, apresentando técnicas valiosas a serem aplicadas nas situações de conflito. Consideramos que estes pilares são contemplados no diálogo, aqui reconhecido como um caminho pedagógico, isto é, como um procedimento estratégico capaz de construir a cultura de paz. Como fundamento deste caminho, acolhemos o pensamento de Martin Buber, traduzido nas palavras de Síveres (2021, p. 321):

> [...] a reflexão e a prática de Buber estão ancoradas numa antropologia filosófica, a qual compreende o ser humano como um ser de relação, que, por meio do diálogo, estabelece um encontro intersubjetivo, cujos procedimentos estão orientados para consigo mesmo, para com os outros e para com o transcendente. [...] Nessa reflexão, o diálogo é compreendido como uma relação dialógica capaz de incorporar a perspectiva antropológica, porque estaria manifestando a experiência relacional de todo o ser humano. Nesse sentido, conforme Buber, a partir de um encontro estabelece-se uma relação essencial, que é recíproca entre dois seres, caracterizando um diálogo intersubjetivo.

Lições importantíssimas podem ser extraídas destas palavras. Cada encontro entre pessoas ou grupos rivais representa uma oportunidade para a (re) construção de pontes relacionais. Assim como no pilar do "contato", o diálogo alcança seu máximo potencial quanto orientado com uma intencionalidade específica, que garante que aquele encontro ocorrerá em campo neutro, em que as partes rivalizadas podem baixar as armas, baixar a guarda, em abertura de espírito para a partilha de sentimentos e crenças.

Dito isto, propomos que o diálogo seja pensado como um educativo que visa o desenvolvimento de competências ou de capacidades específicas. Tendo em perspectiva a construção da paz, estas competências podem ser organizadas em três dimensões: a epistemológica (relacionada ao conhecimento de si e do outro), a ontológica (relacionada aos valores e às habilidades socioemocionais) e a política (relacionada às ações concretas em comunidade). Esta forma triádica de organizar as capacidades humanas pode ser aplicada para quaisquer intencionalidades educativas (Silva, 2025).

O diálogo pode promover o conhecimento do outro e de si próprio. Aqui o pilar da "comunicação" se estabelece, de modo que as percepções distorcidas são contornadas pelo descortinar dos olhos. Surge a oportunidade para a superação dos preconceitos e para a percepção do outro para além do "Pensamento Nós vs. Eles". Por isso, a relevância dos encontros que possibilitem o estudo sobre as diversas expressões culturais, ritos religiosos e tradições. Também, a importância de que o conhecimento do outro não seja mediado por vieses preconceituosos, mas que o outro fale de si próprio.

O diálogo possibilita o reconhecimento do outro. Para além da experiência cognitiva do conhecer, o reconhecimento é uma experiência existencial, que envolve afetos, valores e alteridade. A construção da paz demanda movimentos interiores de permanente conversão ao outro, como forma de resistir as forças socializadoras e às pulsões individuais que nos induzem à coisificação do humano (Síveres, 2021). Somente o reconhecimento existencial é capaz de produzir em cada ser humano a reeducação de sua sensi-

bilidade e a abertura de espírito (disposição interior), por meio dos quais poderemos nos reconciliar com a humanidade que temos em nós mesmos e no próximo (Sung, 2002). Neste ponto, o pilar da "conciliação" é contemplado.

Por fim, e não menos importante, o diálogo possibilita a reconfiguração do *modus operandi* político, das práticas comunitárias e das formas de relacionamento, sem as quais a construção da paz não passará de boas intenções. Neste ponto, tanto o pilar da "conciliação" quanto o da "cooperação" devem ser aplicados. Tal como propõe Leonardo Boff (2000) em "Ethos Mundial", estas capacidades políticas devem ser orientadas, permanentemente, pela busca do estabelecimento de consensos mínimos entre os seres humanos. Para tanto, os polos da unidade e da diversidade precisam ser unidos, de modo consciente, para que os grupos humanos sejam capazes de garantir os vínculos essenciais de unidade, mantendo o respeito à pluralidade e à diversidade humana.

Considerações finais

Ficou evidente que a persistência dos conflitos sociais contemporâneos, alimentados por dinâmicas psicossociais e estruturais complexas, evidencia a fragilidade dos vínculos humanos na sociedade atual. Refletimos sobre a forma como este cenário de tensões e violências está profundamente enraizado em disputas por recursos escassos, desigualdades sociais, preconceitos e polarizações que se manifestam tanto em contextos locais quanto globais. Reconhecer essas múltiplas camadas é fundamental para que lideranças comunitárias e educadores possam agir de modo eficaz.

A paz, neste contexto, não deve ser entendida como simples ausência de conflito ou violência, mas como um projeto de convivência ativa e justa, que valorize a diversidade e o reconhecimento mútuo. A paz que desejamos implica a mediação ética dos desacordos, considerando tanto a dimensão negativa, de cessação da violência, quanto a positiva, de promoção do bem-estar coletivo, dos Direitos Humanos e da justiça social. Sem essa postura, os conflitos estruturais permanecerão latentes, alimentando ciclos de exclusão e desigualdade.

Frente a este contexto, o diálogo emerge como caminho pedagógico estratégico para a construção da paz, promovendo o conhecimento recíproco, a desmistificação de preconceitos e a conciliação dos interesses conflitantes. Por meio do contato, comunicação e cooperação, é possível romper com o pensamento dualista do "Nós vs. Eles" e construir pontes baseadas na empatia e no respeito à alteridade. Essa prática dialogal é imprescindível para transformar a pulsão social por conflitos em cultura de paz.

As reflexões realizadas neste artigo tiveram um público em vista, as lideranças comunitárias e educadores comprometidos com a construção da paz. Concluímos o estudo convictos de que o comprometimento com a justiça social e a promoção de processos educativos baseados no diálogo representam pilares para a reconstrução do tecido social fragilizado pela violência e a exclusão. Lideranças comunitárias, educadores, bem como outras lideranças sociais possuem o papel essencial de fomentar espaços de encontro, reflexão e ação conjunta, fortalecendo os vínculos humanos e promovendo a paz como direito e responsabilidade de todos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. São Paulo: UNESP, 2000.

ADORNO, Theodor W. **Introdução à sociologia**. São Paulo: UNESP, 2008.

ADORNO, Theodor W. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: UNESP, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BOBBIO, Norberto. **O problema da guerra e as vias de paz**. São Paulo: UNESP, 2003.

BOFF, Leonardo. **Ethos mundial**: um consenso mínimo entre os humanos. Brasília: Letra Viva, 2000.

CUNHA, Célio da. Cultura de paz. In: SÍVERES, L.; NODARI, P. **Dicionário de cultura de paz** – v. 1. Curitiba: CRV, 2021. p. 219-225.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 9. ed. Barcarena: Editorial Presença, 2004.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ERONSON, Elliot. **O animal social**. São Paulo: Goya, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Coleção grandes educadores**: Paulo Frere. YouTube, 2006. 1 vídeo (58'). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gt_W8m8ltp0. Acesso em: 10 jun. 2026.

GUIMARÃES, Irineu R. Cultura de paz. *In*: SÍVERES, L.; NODARI, P. **Dicionário de cultura de paz** – v. 2. Curitiba: CRV, 2021. p. 275-280.

HAMMES, Lúcio J. Conflito. In: SÍVERES, L.; NODARI, P.. **Dicionário de cultura de paz** – v. 1. Curitiba: CRV, 2021. p. 187-192.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss conciso**. Rio de Janeiro: Moderna, 2011.

ICRC- CICV - Comitê Internacional da Cruz Vermelha. **Perspectiva humanitária 2026**: um mundo sucumbindo à guerra. 2026. Disponível em: https://ir.icrc.org/en/2026/01/humanitarian-outlook-2026-a-world-succumbing-to-war/. Acesso em 15 jul. 2026.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

McKENZIE, John. **Dicionário bíblico**. 6. ed. São Paulo: Paulus, 1984.

MYERS, David G. **Psicologia social**. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

QUADRADO, Jaqueline C.; FERREIRA, Everton. da S. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 3, p. 419-428, set. 2020. https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p419.

RAWLS, John. **Justiça como equidade**: uma reformulação. Organizado por Erin Kelly. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SANTANA, Jenifer. Quando a política afeta a religião: como o posicionamento ideológico-partidário se relaciona com o comportamento religioso dos brasileiros. **Religião & Sociedade**, v. 44, n. 1, p. e440110, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/0100-85872024e440110. Acesso em: 15 jul. 2026.

SILVA, Gidalti G. **Por uma outra docência na educação superior**: Teoria Crítica, estética e competências docentes. Campinas: Saber Criativo, 2025.

SILVA, Gidalti G.; SANTOS, Maria do C. Religião, fundamentalismo e dinâmicas socioculturais na história: subsídios para a educação religiosa. **Revista Labirinto** (UNIR), v.14, p. 22-33, 2010.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SÍVERES, Luiz. Diálogo. In: SÍVERES, L.; NODARI, P. **Dicionário de cultura de paz** – v. 1. Curitiba: CRV, 2021. p. 319-223.

SUNG, Jung M. **Conhecimento e solidariedade**. São Paulo: Salesiana, 2002.

UPPSALA UNIVERSITET. Departamento de Pesquisa sobre Paz e Conflitos. **Programa de dados sobre conflitos de uppsala**. 2026. Disponível em: https://ucdp.uu.se/encyclopedia. Acesso em: 14 jul. 2026.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.